

XIII Congresso Anual da APDR

subordinado ao tema: Recriar e Valorizar o Território

Angra do Heroísmo, 5 e 7 de Julho de 2007

Título: A ecosocioeconomia das áreas rurais de baixa densidade: um ensaio teórico-metodológico.

Autores: Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas¹ e António Covas²

Instituição: Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências da Educação e Sociologia e Faculdade de Economia.

Palavras-Chave: ecosocioeconomia, baixa densidade, agroecossistemas, bioregulação climática, visitação turística.

Tema: Recursos, ordenamento e desenvolvimento regional.

Introdução:

As áreas rurais de baixa densidade (ARBD) estão, aparentemente, perante um dilema insolúvel, qual seja, o de fazer mais e melhor com menos recursos. Dizemos “aparentemente” porque a baixa densidade, sendo, também, um problema de “stock”, é, antes de mais, um problema de prioridades políticas e de organização sócio-económica. Quer dizer, os recursos não são escassos, tornam-se escassos, por virtude de sistemas de valores, modelos de consumo, políticas públicas, organização sócio-económica e rede urbana desajustados ao potencial de recursos existente.

No território próprio das áreas rurais de baixa densidade e, confrontados, abruptamente, com graves disfunções sócio-territoriais, estamos obrigados a lidar com problemas de “banco de urgência” e de microgeoeconomia real, cuja resolução não cabe nos padrões normalizados da economia convencional, geralmente de inspiração bancário-financeira, por um lado, e de cultura burocrático-administrativa, por outro.

Neste contexto, o princípio fundador da ecosocioeconomia é fundamental. Trata-se de conceber, programar e gerir, em conjunto e em condições adversas, os ecossistemas, as relações sociais e os sistemas produtivos locais e respectivos mercados, aproveitando o sentido positivo das suas interdependências e complementaridades. Fazendo isto, estamos em melhores condições de prever, prevenir e preparar a comunidade local-rural para todas as ocorrências. Para o efeito, e para dar conteúdo prático e objectivo a um programa específico de valorização das áreas rurais de baixa densidade, ensaia-se o que designamos

¹ Professora da Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências da Educação e Sociologia, mcovas@ualg.pt.

² Professor Catedrático da Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, acovas@ualg.pt.

como uma metodologia para a baixa densidade, que é, também, uma metodologia para a intervenção sócio-comunitária em áreas rurais desfavorecidas.

A causa próxima desta comunicação é a realização de duas reuniões nacionais, em Mértola e Carrazeda de Ansiães, relativas à problemática das áreas rurais de baixa densidade. Esta comunicação beneficia das conclusões dos dois encontros de que fui o principal relator (A. Covas).

1. Elementos par uma ecosocioeconomia das áreas rurais

No princípio da sua própria modernidade, a ciência económica, designada de economia política, assentava nos valores da terra e do trabalho. Assim foi, de facto, no século XVIII, com as teorias fisiocratas e as teorias do valor-trabalho dos pioneiros da economia política. Tudo parecia bem encaminhado. A economia política estava, ou parecia estar, geneticamente ligada às concepções primordiais sobre a natureza e o homem. Em consequência, a produção e a riqueza estavam ligadas a estes dois valores fundamentais que, por isso mesmo, era imperioso “reproduzir”, de forma simples ou alargada. A economia política era, portanto, simultaneamente, uma construção teórica, uma concepção do homem e uma visão do mundo. Assim adquiriu grandeza e prestígio. Mas foi sol de pouca dura.

A revolução industrial, a mecânica quantitativista, a tecnologia e o lucro fizeram, rapidamente, ganho de causa. O divórcio entre o sistema vivo e o sistema económico adivinhava-se. O cordão umbilical à natureza e ao homem foi rapidamente cortado. De valores de reprodução, a terra e o trabalho passaram a factores de produção. Entregue a si própria e à sua auto-suficiência, a economia passou a funcionar em circuito fechado, entregue aos seus próprios mecanismos e à metafísica do mercado benzido pela mão da divina providência. Deixou de ser uma teoria do valor-custo e do valor-trabalho social para passar a ser uma teoria da utilidade-raridade, isto é, uma teoria subjectiva entregue aos caprichos do consumidor e ao poder dos produtores. De caprichos e de poder, assim se fez a nova teoria. Que se tornou “marginal”, incremental, mecânica e quantitativa, para se aproximar do custo mínimo ou do lucro máximo. O homem, esse, passou a “variável endógena do sistema”, manipulado e seduzido, ora como factor de produção ora como consumidor.

Ao fazer este percurso a economia política trocou a lógica dos seres vivos pela lógica das coisas mortas, as mercadorias, e converteu-se em ciência económica. Do lado de fora ficaram os recursos ditos “inesgotáveis”, a energia e a matéria, logo, inúteis porque abundantes. E do mesmo modo as “correntes minoritárias” da economia que alertaram, desde muito cedo, para as leis da termodinâmica, em especial, as leis da conservação e da entropia, que, em termos simples, nos recordam que não pode haver crescimento ilimitado com recursos finitos.

Quanto à nova ciência económica, deslumbrada com o progresso material e com o seu equilíbrio geral, fez fé na destruição criadora, considerada factor crucial na luta perpétua contra o processo geral de entropia (empobrecimento ou degradação das formas de energia). Fez do tempo presente o seu tempo preferido. Por isso, empenha-se em “actualizar o futuro”, simplificá-lo a todo o custo, como se o futuro já estivesse contido no presente, ao contrário da natureza para quem o futuro encerra o mesmo valor que o presente. No mesmo sentido, enquanto na natureza as leis apontam no sentido da diversidade e da complexidade, na economia as leis apontam no sentido da selecção, simplificação e especialização. A natureza “acredita na resiliência e na mutação”, a economia “acredita na destruição criadora”.

Perante os factos, graves e sérios, que afectam, hoje, a natureza e o homem, a economia dominante tornou-se “nova economia”, cada vez mais economia da circulação e economia financeira, aproveitando em benefício próprio os factores de desmaterialização introduzidos pelas novas tecnologias. Esta economia desmaterializada aumentou a distância que a separa dos sistemas vivos e ignora, levianamente, que toda a história do pensamento económico não é dissociável da concepção que os homens têm da sua relação com a natureza e com os outros homens. Como já dissemos, foi esta concepção que fez a grandeza da economia política. Hoje, dominada pela gestão e pelo sucesso fulgurante, é uma disciplina sem alma, disponível para todas as operações de propaganda, que se limita a usar meia dúzia de técnicas para manipular outros tantos indicadores económicos. Hoje, a orientação energética, material e tecnológica dos aparelhos produtivos, informada pelo capital financeiro, é o vector determinante da evolução económica. A natureza e o homem contam pouco, são capital de exploração e variáveis endógenas. Não são da sua especialidade, que é de bens materiais. Sobre a sua visão dos limites, sobre a finitude da matéria, a entropia da energia ou a corrosão do carácter do homem, a economia diz pouco. O seu “marginalismo essencial” diz-nos, apenas, que, na circunstância, o poluidor-pagador

paga uma parcela irrisória do dano causado, o contribuinte paga a parcela seguinte e a próxima geração tudo o resto, que é quase tudo.

Nesta vertigem financeira e mercantil em que está mergulhada, a economia dominante esqueceu a sua própria razão de ser: a natureza, o homem e o seu lugar, o território. Nada ilustra melhor esta devastação do que “a questão agro-rural”. Em cem anos atravessámos vários ciclos ou paradigmas da economia agro-rural: a economia camponesa, a economia agro-alimentar, a economia biotecnológica e a economia eco-rural (Quadro Nº 1, Covas, 2004: 172).

Quadro Nº 1. Os grandes ciclos ou paradigmas da economia agro-rural

	I. A economia camponesa:	II. A economia agro-alimentar:	III.: A economia biotecnológica:	IV: A nova economia eco-rural:
1	o campo (o homem e a terra)	a fábrica (matéria-prima+energia+tecnologia)	o laboratório-fábrica (gene+tecnologia)	bio-economia e produção de campo
2	as energias naturais (o homem eo animal)	as energias químico-mecânicas	as energias da matéria viva	a pluralidade das fontes energéticas
3	a produção primária final	a produção de produtos transformados	a produção de OGM	a produção agro-biológica e de fins múltiplos
4	os mercados locais	os mercados de exportação	os mercados globais	mercados e produtos denominados
5	os equilíbrios naturais	as externalidades negativas	o desenvolvimento sustentável	conservação e desenvolvimento sustentável
6	a divisão do trabalho familiar	a profissionalização do trabalho	a ética profissional das ciências da vida	a cultura profissional multifuncional
7	o ciclo estacionário (a subsistência)	o ciclo reprodutivo (a acumulação capitalística)	o ciclo replicativo (a acumulação biotecnológica)	o ciclo reprodutivo multifuncional
8	o caos agrícola pré-moderno	a ordem tecno- racional da agricultura moderna	a ordem bio-racional da agricultura pós-moderna	a ordem multifuncional da agricultura pós-moderna

Fonte: António Covas (2004), *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, p. 172.

Nesta travessia fomos perdendo memória e muito da nossa própria alma, ao mesmo tempo que artificializávamos a nossa existência e o nosso quotidiano. Entretanto, a economia biotecnológica oscila entre a via genético-productivista e a via genético-ecossistémica. Por enquanto, domina o princípio da precaução porque não estamos seguros acerca de todos os segredos da manipulação genética. Não surpreende, por isso, que se anuncie um novo ciclo onde os deserdados da sorte – natureza, homem e território -

procurem porto de abrigo seguro. É o ciclo eco-rural que se anuncia com as características que se resumem no Quadro N° 1.

É este optimismo agro-rural, e apesar de todas as barreiras conceptuais e convencionais existentes, que nos leva a dizer que há sinais claros de que está em formação uma nova disciplina do desenvolvimento rural, algures na confluência do triângulo constituinte formado pela produção, a conservação e a recreação de actividades em espaço rural. O que, com mais propriedade, poderíamos designar como uma “**ecosocioeconomia do espaço rural**”, uma nova fronteira político-epistemológica e um objecto de investigação a desbravar, composta por **ecossistemas** (a ecologia e as normas da casa), **relações sociais** (a sociologia e as regras da casa) e **mercados** (a economia e o governo da casa). No fundo, estamos a propor uma revisitação transdisciplinar destas matérias, sugerindo que se atinja ou promova um **novo compromisso entre a economia dos ecossistemas, a multifuncionalidade agro-rural e as estratégias familiares respectivas** que ultrapassam em muito a simples lógica mercantil e financeira.

Esta ecosocioeconomia em plena formação varia, naturalmente, com os contextos e as dinâmicas territoriais onde se insere e é, portanto, o produto cruzado de mercados, políticas e comportamentos, que se desenrolam, simultaneamente, nos planos doméstico, europeu e internacional. Logo, uma disciplina em formação feita de concorrência, risco e contingência. Bastaria lembrar, para o efeito, os danos causados por uma deslocalização empresarial, pelo abandono agrícola ou por uma intempérie repentina sobre a economia local, o ambiente sócio-familiar e os factores de atractividade do território respectivo. Quer dizer, a economia agrícola, a economia local, a economia familiar e a economia do ambiente, estão, permanentemente, sob a iminência de ter de lidar com a irrupção do risco e da contingência. As empresas partem, ficam as pessoas, o ambiente e os territórios, entregues à sua fragilidade e circunstância. As disciplinas convencionais não trabalham normalmente no “banco de urgência”, mas a intensidade e frequência dos “problemas de desestruturação ecosocioeconómica” alertam-nos para a imperiosa necessidade de articular, minimamente, um campo de intervenção rápida neste plano concreto, uma vez que estamos, irreversivelmente, a perder memória e futuro em muitos desses territórios. As “áreas rurais de baixa densidade” podem ser um campo de aplicação interessante, não apenas na forma inteligente de lidar com a baixa densidade de recursos mas, sobretudo, na forma como a sociedade da informação e do conhecimento é capaz de lidar com a fragilidade destes territórios. Dito de outro modo, é aqui, em condições severas, que ela deve testar e comprovar a validade dos seus pressupostos e instrumentos de actuação, já

que os lugares e as distâncias não parecem constituir um problema “em si e para si”. Esta é a encruzilhada em que se encontra a ecosocioeconomia: prever, prevenir e gerir em condições hostis e adversas, tendo em vista recuperar e cerzir o tecido de territórios vulneráveis. Territórios cujas características principais recordamos: baixa densidade de recursos, condições severas de reprodução económica, desestruturação social, desumanização da paisagem, “banco de urgência” à beira da ruptura, intervenção comunitária ineficaz, abordagem investigativa e trabalho transdisciplinar inconsequentes.

Infelizmente, não há, ainda, uma “linha editorial” orientada para a ecosocioeconomia, uma vez que a economia financeira domina claramente a economia real. Mas não é possível, por mais tempo, ignorar a dura realidade da “microgeoeconomia”, das pequenas economias e das pessoas concretas varridas pelo nomadismo da concorrência e pela contingência impiedosa. Infelizmente, o “fait divers” noticioso de uma deslocalização ou de uma intempérie é, geralmente, um sério problema de microgeoeconomia que, lamentavelmente, não tem resposta pronta no plano da ecosocioeconomia, porque esta está, geralmente, dependente da resposta político-burocrática. Doravante, todavia, o regulador multi-local ou regional, seja ele qual for, terá de preparar e providenciar quatro níveis de ataque, assim designados: uma ecosocioeconomia preventiva que antecipe os casos-limite, uma ecosocioeconomia inovativa que alargue a base económica, uma ecosocioeconomia do tipo “banco de urgência” que aborde os casos dramáticos e uma ecosocioeconomia reconstrutiva que recupere e regenere os activos devolutos. Conceber e pôr em prática um regulador multi-local capaz de intervir a estes quatro níveis (uma nova governança rural) é uma tarefa decisiva e inadiável.

2. A problemática das áreas rurais de baixa densidade

Nas conclusões do 1º encontro nacional de municípios em áreas rurais de baixa densidade, realizado em Mértola em Junho de 2006, pode ler-se:

1. Os territórios rurais, excluindo as zonas periurbanas, ocupam 86% do território nacional, têm uma população residente de 3,1 milhões de habitantes, 41H/Km² de densidade populacional, uma evolução populacional de -1,4% na década 1990/2000, um índice de PIB real per capita de 0,4 em relação a Lisboa, um

índice de desenvolvimento social de 0,87 (territórios urbanos 0,89), uma SAU de 44% na superfície total (32% agrícola e 12% agroflorestal) e um nº de empresas industriais e de serviços por Km² de 0,8 que compara com 6,8 nas zonas periurbanas e 29,7 nas zonas urbanas (Fonte: Ministério da Agricultura);

2. No interior dos territórios rurais, as Áreas Rurais de Baixa Densidade (ARBD) têm uma densidade populacional de 13H/Km², ocorrem em 98 concelhos do continente, ocupam 60% do território e 7% da população e defrontam problemas críticos de envelhecimento, perda de população, emprego e rendimento, degradação grave dos seus valores naturais e patrimoniais e um índice de risco de desertificação cada vez mais preocupante (Fonte: projecto de investigação AGRO 62);

3. As ARBD vivem um tempo paradoxal porque ao mesmo tempo que lidam com a sobrevivência do micro-desenvolvimento assistem ao anúncio de “projectos estruturantes de interesse nacional” nos seus territórios sem que, para tanto, haja um ponto de confluência onde todas estas intenções de investimento sejam devidamente ponderadas e avaliados os seus contributos para o desenvolvimento local e regional;

4. O aprofundamento e a inovação do modelo de serviços públicos, na sua aceção mais geral, são um elemento crucial para que as ARBD lidem com os seus problemas mais críticos de desenvolvimento e, neste sentido, a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, e os recursos correspondentes, são um instrumento fundamental de modernização e racionalização deste modelo;

5. É imperioso consolidar, aprofundar e renovar as experiências de desenvolvimento e governança local e multilocal realizadas nos QCA's anteriores, sob pena de a mudança de orientação que agora se anuncia não ter interlocutores acreditados nestas ARBD e poder significar, objectivamente, uma perda de capacitação institucional e organizacional destas áreas;

6. As preocupações e os problemas aqui enunciados encontram um eco favorável nos principais instrumentos normativos de gestão territorial e, por esse

facto, legitimam e justificam o lançamento de um programa específico de valorização das ARBD que trate não apenas dos estrangulamentos destas áreas mas promova, também, as suas múltiplas virtualidades.

No mesmo encontro nacional, foi estabelecida uma agenda para as áreas rurais de baixa densidade (ARBD). Eis os seus pontos principais:

I. A especificidade da natureza das ARBD:

1. Há uma relação directa entre baixa densidade (BD) e o nível de capacitação institucional, organizacional e empresarial destas áreas, isto é, sem um estímulo apropriado ao reforço desta capacitação perde-se uma condição prévia indispensável ao desencravamento e desenvolvimento destas áreas;
2. Há uma relação directa entre as restrições da BD, por um lado, e os custos fixos elevados e as taxas de retorno baixas dos empreendimentos públicos e privados nestas áreas, por outro, isto é, sem um estímulo apropriado à fixação de actividades e pessoas estas áreas correm o risco de assistir à degradação do seu capital natural e patrimonial e ser empurradas para limiares próximos da desertificação física e social;
3. Há uma relação directa entre a BD, por um lado, e a necessidade de uma abordagem temática e territorial, por outro, isto é, devem os regulamentos não apenas privilegiar esta abordagem transversal como convidar os parceiros multilocais a apresentar propostas nesse sentido;
4. Há, igualmente, uma relação directa entre a BD e o círculo virtuoso da BD, isto é, é fundamental investigar, apesar das dificuldades, o ponto de equilíbrio virtuoso entre recursos, pessoas e actividades; para o efeito, devem ser criados estímulos específicos à investigação-inovação para a BD, promovendo-se uma associação virtuosa entre as instituições de ensino superior, as empresas, as associações de desenvolvimento local e as câmaras municipais.

II. A relevância do modelo de serviços públicos para as ARBD:

1. Há uma relação directa entre a BD e o stock de atribuições, competências e meios das autarquias locais e suas associações, isto é, se as autarquias adquirirem massa crítica por virtude de transferências da administração central podem conceber e praticar novos modelos de serviços públicos (mais multifuncionais, polivalentes e de geometria variável) e, assim, lidar melhor com os problemas de modernização e racionalização dos mesmos serviços;
2. Há uma relação directa entre a BD, o conceito de rede dos serviços públicos e o alcance dos seus efeitos, directos e induzidos, sobre o processo de desenvolvimento das ARBD, isto é, o conjunto das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos deve ser concebido de forma a poder proporcionar o maior volume de economias externas positivas sobre essas áreas;
3. Há uma relação directa entre a BD e o sistema de acessibilidades e mobilidades que é compatível com um conceito mais aberto e polivalente de serviço público, isto é, deve haver um estímulo a uma segunda geração de acessibilidades e mobilidades que acompanhe e viabilize as novas redes de serviços para as ARBD.

III. A importância de um modelo de gestão flexível e adaptável às ARBD:

1. Há uma relação directa entre a BD e a experiência já adquirida pelas ARBD em matéria de rede de relações temáticas e funcionais, isto é, deve ser estimulada a formação destas redes de proximidade e conhecimento, contíguas e não contíguas, devido ao potencial de inovação que elas contêm;
2. Há uma relação directa entre a BD e a necessidade de contratualizar programas e planos de acção local, isto é, o estímulo à descentralização e ao reforço dos processos participativos melhora o desempenho global dos consórcios constituídos, seja para efeitos de candidatura e/ou ulterior execução dos projectos;

3. Há uma relação directa entre a BD, a monitorização de programas e projectos e a eficácia das políticas públicas para as ARBD, isto é, os estímulos criados e concedidos ao sistema de informação e monitorização melhoram o desempenho de todos os actores da BD, favorecem a sua correcção “*just in time*” e facilitam a reprogramação dos meios afectados.

Na sua conclusão final, os municípios recomendaram a criação de um “Programa Específico de Valorização” das ARBD que, de uma forma integrada e coerente, contemple os estímulos seguintes:

- O reforço da capacitação institucional, organizacional e empresarial dos actores;
- Um sistema de incentivos de mitigação e compensação de riscos e investimentos que revelem economias externas relevantes;
- O reforço da transferência de atribuições, competências e meios para as autarquias locais e suas associações;
- O reforço dos apoios aos sistemas de acessibilidade e mobilidade de 2ª geração de pessoas e serviços;
- O reforço dos apoios à criação de redes temáticas e funcionais de cooperação interterritorial;
- O reforço dos apoios aos processos participativos, à contratualização de programas e subvenções globais e às metodologias GAL/PAL (Grupos de Acção Local e Planos de Acção Local);
- O apoio específico a um sistema de informação-monitorização-investigação-inovação-implementação de projectos multifunções;
- O apoio específico a mecanismos de comunicação e valorização de recursos identitários e simbólicos que instigam à motivação territorial;
- O apoio ao financiamento de acções-piloto sobre a “baixa densidade virtuosa”.

A problemática das áreas rurais de baixa densidade assenta, justamente, na redescoberta da “baixa densidade virtuosa”. Sem “a investigação dedicada” não haverá desencravamento socioeconómico destas áreas. Estamos definitivamente precisados de uma metodologia que nos mobilize para esse objectivo.

3. Uma metodologia para as ARBD

Na redescoberta da baixa densidade virtuosa, o princípio fundador da ecosocioeconomia é fundamental. Trata-se de **conceber, programar e gerir, em conjunto e em condições adversas, os ecossistemas, as relações sociais e os sistemas produtivos locais e respectivos mercados**, aproveitando o sentido positivo das suas interdependências e complementaridades. Fazendo isto, estamos em melhores condições de prever, prevenir e preparar a comunidade local-rural para todas as ocorrências. Para o efeito, e para dar conteúdo prático e objectivo a **um programa específico de valorização das áreas rurais de baixa densidade**, esquamiza-se, de seguida, o que designamos como **uma metodologia para a baixa densidade**, que é, também, uma metodologia para a intervenção sócio-comunitária em áreas rurais desfavorecidas.

Uma metodologia para as ARDB supõe uma abordagem compósita do espaço agro-rural.

Vejamos as principais componentes dessa abordagem.

Em primeiro lugar, a pluralidade da base energética, no sentido da autonomia e complementaridade das fontes de energia.

Em segundo lugar, a diversidade da base biofísica, no sentido da máxima interdependência, integração e regeneração dos recursos naturais. Estas duas primeiras bases são, em primeira instância, contributos essenciais da ecologia por via da circulação da sua energia e materiais.

Em terceiro lugar, a policultura da base agro-alimentar, que nos transporta das bases naturais para as bases mais artificiais da economia e onde a entropia ressurgue a cada fase de transformação industrial. Nesta exacta medida, a reagrarização da base alimentar ou a sua desindustrialização parcial é uma oportunidade a não perder, porque, mais uma vez, é a ocasião para testar os nossos meios de combate contra o processo de entropia que está sobre-representado em todos os transformadores industriais alimentares.

Em quarto lugar, a base urbanística, por via de uma apropriada e prudente programação verde, que as disciplinas da arquitectura paisagística e da engenharia biofísica tão bem acautelam, muito em especial por intermédio da bioconstrução e dos princípios que preservam e promovem a circulação da energia e dos materiais. Estas primeiras quatro bases são determinantes para um correcto ordenamento territorial na medida em que são elas que informam e ocupam, em maior escala, o território.

Em quinto lugar, a diversificação da base económica, descentralizada, de escala e tecnologia intermédias, em íntima articulação com as bases energética e biofísica e apontando na direcção de actividades trabalho-intensivas.

Em sexto lugar, a base informacional, rica em conhecimento, que em conjunto com a energia e a matéria formam o triângulo constituinte da ecoeconomia.

Por último, em sétimo lugar, a base simbólica, o caldo de cultura e o cimento coesivo das relações de sociabilidade que estão sempre presentes na retaguarda das nossas decisões e opções.

Dito isto, é um imperativo de civilização e cultura fazer convergir rapidamente as disciplinas da ecologia e da economia, as normas e o governo da casa comum, a ecoeconomia, pois não é possível suportar, por mais tempo, a situação paradoxal a que assistimos:

- rendibilidades económicas positivas coexistindo com balanços energéticos desastrosos; só porque o sistema de preços é transitoriamente favorável, mantêm-se sistemas produtivos em rota de colisão com os sistemas energéticos e biofísicos;
- balanços energéticos comprovadamente positivos coexistindo com rendibilidades económicas negativas que o mercado não valoriza suficientemente e que sobrevivem graças às subvenções dos contribuintes;
- a proliferação de contra-ordenações, compensações e mitigações de natureza ambiental, que se parecem mais com o pagamento de indulgências e servem para confundir os nossos problemas de consciência a propósito.

Com efeito, o divórcio entre a ecologia e a economia, entre as normas e o governo da casa comum, tem criado inúmeros embaraços às duas disciplinas. A falta de verdade ecológica dos processos económicos, por um lado, e a falta de realismo económico dos processos ecológicos, por outro, têm, continuamente, posto a ridículo as duas disciplinas. A economia, muito em especial, superficial e caprichosa, e porque não gosta de ter razão antes de tempo, presta-se ao irrisório e ao absurdo.

A ecosocioeconomia do espaço rural português é, neste contexto, um retrato amargurado desta desvalorização continuada dos capitais natural, social e simbólico, que os “PIB’s urbanos” foram relegando sistematicamente para plano secundário. Hoje, perante a “moda da nostalgia” e outros usos urbanos do espaço rural (aplicações rentistas do capital financeiro) receamos bem que o mundo rural seja loteado, que a economia residencial tome

conta da economia rural, que se instale uma “indústria do campo”, ligeira e leviana, e que o campo seja cada vez mais parecido com a cidade, perdendo-se, talvez para sempre, uma reserva estratégica de património natural, construído e, mesmo, moral, e de paisagem humanizada, que, de todo em todo, o país não devia alijar levianamente, já que em cada “incurção imobiliária” se malbarata património, se dividem propriedades, se faz edificação dispersa, se desviam recursos das suas aptidões naturais e se condiciona, em definitivo, a viabilidade multifuncional de uma exploração agrícola.

A ecosocioeconomia não pode limitar-se, como até aqui, a ser um corolário da política de ambiente, por mais benemérita e “*up to date*” que tenha sido a sua acção, e foi-o indiscutivelmente. De facto, o meio natural não pode ser, ao mesmo tempo, reservatório de recursos (energia e matéria) e vazadouro de resíduos, muitos deles não biodegradáveis, sendo que, nos dois casos, os custos implicados são, numa grande parte, exportados para o orçamento geral do Estado, isto é, socializados os prejuízos. O balanço final é eloquente: a montante o processo produtivo não amortiza nem reproduz, satisfatoriamente, os primeiros (os recursos), a jusante faz riqueza com os segundos (os resíduos) à custa de novos “inputs” energéticos e de mais entropia.

Para aproximar o sistema vivo e o sistema económico e fundar os princípios de uma ecosocioeconomia praticável, é imperativo fazer o seguinte:

- a jusante, modificar o sistema de necessidades, o modelo de consumo e o comportamento dos consumidores;
- no interior do processo produtivo, alterar o processo tecnológico de produção no sentido das tecnologias amigas dos recursos e do ambiente;
- a montante, modificar a base energética e material dos bens produzidos, atribuindo prioridade aos recursos renováveis e residentes nos territórios;
- ao mesmo tempo, é fundamental regular o mercado e o sistema de preços de modo a que os termos de troca sejam favoráveis aos novos produtos e necessidades.

Esta ecosocioeconomia é, todavia, mais fácil de enunciar do que praticar. Com efeito, abrir os mercados sem os regular é abrir uma caixa de Pandora. Sem regulação política forte dos “mercados livres” por parte das organizações internacionais, não há “destruição criadora” que salve a economia e muito menos o sistema vivo. Se esta regulação política forte não existir, o sistema produtivo global, oligopolista e energeticamente intensivo, vai arrasar os sistemas produtivos locais e gerar o abandono dos recursos naturais, os movimentos erráticos de população e transformar regiões produtoras em territórios

consumidores e importadores. Não há ecosocioeconomia que resista a este vendaval. No entanto, é precisamente aqui que nos encontramos, isto é, estamos confrontados com uma “destruição criadora muito mal distribuída no espaço e no tempo” e sem uma regulação política forte que corrija e imponha ordem nessa desestruturação ecosocioeconómica.

Foi para dar corpo e profundidade a estas preocupações que elaborámos uma metodologia de intervenção sócio-comunitária, em dez pontos, com vocação para ser aplicada nas ARBD. Trata-se, nesta fase, de um ensaio, essencialmente, metodológico, em construção e com carácter exploratório, que segue de perto as bases anteriormente enunciadas. De resto, estamos, neste momento, à procura dos territórios municipais de acolhimento mais apropriados para esta aplicação, o que só por si não se adivinha uma tarefa fácil.

Eis o decálogo para a redescoberta de uma baixa densidade virtuosa:

1º. Um programa de restauração, conservação e valorização biofísica e paisagística, um verdadeiro plano verde para o território em questão, em busca da biodiversidade regional no seu sentido mais compreensivo, isto é, **um programa biodiverso em busca das “sementes perdidas”;**

2º. Um programa de aproveitamento das energias renováveis, tendo em vista a **autonomia energética – redes descentralizadas de microgeração -** e em linha com as orientações e **boas práticas relativas à poupança, conservação e eficiência energéticas;**

3º. Um programa de bioconstrução e bioregulação climática, tendo em vista recuperar materiais e tecnologias tradicionais e promover a sua integração em novas **soluções arquitectónicas de baixo consumo energético**, associando, para o efeito, o **contributo dos reguladores naturais;**

4º. Um programa de produção de alimentos e de educação alimentar, tendo em vista a qualidade e a segurança alimentares, pelo incentivo a todos os modos de produção agro-biológicos que podem ser propiciados por **um instrumento experimental como as hortas sociais;**

5º. Um programa de ecoturismo, que contribua para o **ordenamento, o planeamento de actividades e a visitaçao em áreas de paisagem protegida** e que, pelo seu exemplo de

integração paisagística, ajude a disciplinar e a reciclar as outras formas de turismo em espaço rural;

6º. Um programa para a floresta de fins múltiplos, que contribua para o ordenamento e planeamento de actividades em espaço rural e que **promova o bosque multifuncional** em todas as suas dimensões e valências, em especial, em algumas valências dos programas anteriores, por exemplo, a sua integração agrosilvopastoril;

7º. Um programa de inovação e tecnologia, que recupere as tecnologias tradicionais para entender e introduzir as novas tecnologias, em particular, o aumento das **tecnologias intermédias que conciliam o realismo ecológico com o realismo dos mercados, mas, também, a inovação e a tecnologia em matéria de mobilidade de grupos sensíveis, no seu sentido mais compreensivo**;

8º. Um programa de micro-crédito para micro-empresas que promovam o auto-emprego e a auto-estima individual, associado a outros instrumentos de acção municipal ou intermunicipal como, por exemplo, **o banco de solos municipal**;

9º. Um programa para o “banco do tempo”, que seja um instrumento de **entreaajuda e voluntariado** e a base para um verdadeiro programa de solidariedade social activa, em especial, para os grupos mais vulneráveis da população que devem ser um emblema desta metodologia de actuação;

10º. Um programa de educação integral do indivíduo, que aqui designamos por **“memória, identidade e futuro”** orientado para a mudança de mentalidade e comportamento e cujos eixos principais são os nove programas anteriores, isto é, toda a vida da comunidade local-rural, em todas as suas faixas etárias, estará organizada em redor das referências que esses programas constituem.

Podem, obviamente, ser fixados objectivos muito diversos para estes diferentes programas, por exemplo, taxas percentuais para a reciclagem de resíduos, para o fornecimento de energias renováveis, para a alimentação biológica, para a visitaçao de turismo de natureza, para o número de bioconstruções, para os processos industriais limpos, para o nº de horas no banco do tempo, etc. Seja como for, o que importa neste

momento, é afinar o instrumento metodológico e adequá-lo funcionalmente ao território de aplicação. Depois da infraestruturação material dos seus concelhos, cabe agora aos municípios acomodar os estados de alma, as expectativas e as aspirações dos seus munícipes, em especial, os seus bens de relação. Nas áreas rurais de baixa densidade, por maioria de razão, estão por comprovar os benefícios anunciados da sociedade da informação e do conhecimento, para a qual os lugares e as distâncias não parecem constituir obstáculo de monta. Lugares e distâncias que são, nas sociedades de baixa densidade, os activos de referência da sua população e o seu principal crédito no banco do tempo.

Conclusão

Estamos conscientes de que a ecosocioeconomia é um conceito em busca de um objecto, ou melhor, o objecto já existe, mas a lógica de intervenção ainda não foi activada. De certo modo estamos a reportar-nos a uma pós-ruralidade, aquela que assenta na multifuncionalidade do espaço rural e não já na monofuncionalidade do espaço agrícola. A nossa expectativa está localizada entre a economia verde intensiva e a economia biodiversa de baixa intensidade. Muitas vias estão em aberto. A sustentabilidade fraca e a sustentabilidade forte. A via genética e produtivista e a via ecossistémica. A via mais intensiva da visitação comercial e a via menos intensiva da visitação ecológica. A via dos serviços funcionais e a via dos serviços ecossistémicos. As possibilidades em aberto são inúmeras e as áreas de baixa densidade estão em estado preventivo. Nelas pode ser iniciado um ciclo longo de desenvolvimento sustentável.

Seja como for, é preciso, mais uma vez, regressar à realidade e estar avisado. Para que conste recordemos o que dissemos mais atrás:

“A ecosocioeconomia do espaço rural português é, neste contexto, um retrato amargurado desta desvalorização continuada dos capitais natural, social e simbólico, que os “PIB’s urbanos” foram relegando sistematicamente para plano secundário. Hoje, perante a “moda da nostalgia” e outros usos urbanos do espaço rural (aplicações rentistas do capital financeiro) receamos bem que o mundo rural seja loteado, que a economia residencial tome conta da economia rural, que se instale uma “indústria do campo”, ligeira e leviana, e que o campo seja cada vez mais parecido com a cidade, perdendo-se, talvez para sempre, uma reserva estratégica de

património natural, construído e, mesmo, moral, e de paisagem humanizada, que, de todo em todo, o país não devia alijar levemente, já que em cada “incursão imobiliária” se malbarata património, se dividem propriedades, se faz edificação dispersa, se desviam recursos das suas aptidões naturais e se condiciona, em definitivo, a viabilidade multifuncional de uma exploração agrícola”.

Bibliografia

- Covas, António (2007), Em defesa das “bioregiões” ou da economia biodiversa das zonas rurais desfavorecidas, www.sier.org.
- Covas, António (2007), *Ruralidades I*, Edição da Universidade do Algarve.
- Covas, António, Covas, Maria das Mercês, *Agricultura Multifuncional e Desenvolvimento rural* (para publicação em 2007).
- Covas, António (2006), Desagrarização e sustentabilidade: seis teses sobre a segunda modernidade do mundo rural, Actas do Foro Rural Galego – Congreso Técnico-Científico sobre Desagrarización e Sostibilidade Rural na Euro-Rexion Galicia/Norte de Portugal, Lugo, 27-29 de Setembro.
- Covas, António (2006), A ruralidade do nosso tempo: decálogo para uma 2ª modernidade, in Maria Lucinda Fonseca (Coord.) *Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de Turismo e Lazer*, Livro de Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Covas, Maria das Mercês, Covas, António (2007), Dos vestígios do passado aos desafios e oportunidades do futuro: uma parceria virtuosa entre escola, família e autarquia para ensaiar estratégias de sustentabilidade nas áreas rurais de baixa densidade, Actas das III Jornadas Internacionais Vestígios do Passado, organizadas pela AGIR, Almeida, 30 e 31 de Março, versão em CD-ROM.
- Covas, Maria das Mercês, Covas, António (2007), A razão sustentável e a turistificação/ludificação do espaço rural: um novo compromisso entre a memória, a imagem e a segunda modernidade rural, Actas do I Seminário Internacional da Memória e Cultura Visual, organizado pela AGIR, Póvoa de Varzim, 20 de Janeiro, versão em CD-ROM.
- Covas, Maria das Mercês, Covas, António (2006), Saúde, cultura e sociedade – as eco-aldeias, um exemplo da nova ruralidade, Actas do II Congresso Internacional Sobre

Saúde, Cultura e Sociedade, organizado pela AGIR, Tavira, 29-30 de Setembro, versão em CD-ROM.

Covas, Maria das Mercês, Covas, António (2006), O espaço rural revisitado: da convencional monofuncionalidade aos desafios da moderna multifuncionalidade, Actas do Congresso Internacional sobre os Desafios Sócio-culturais para o Século XXI, organizado pela AGIR, Póvoa de Varzim, 19 e 20 de Maio, versão em CD-ROM.

Covas, António (2004), *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Edições Colibri.